

Memorial



Percepção
FEMININA

I CONFERÊNCIA NACIONAL
DAS PROCURADORAS
DA REPÚBLICA

DESAFIOS E HORIZONTES
DA CARREIRA NO MPF

BRASÍLIA - DF

Acesse este documento e os materiais de apoio do evento pelo QR Code



Percepção

FEMININA

I CONFERÊNCIA NACIONAL
DAS PROCURADORAS
DA REPÚBLICA

MEMORIAL

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradora-Geral da República
Raquel Elias Ferreira Dodge

Vice-Procurador-Geral da República
Luciano Mariz Maia

Vice-Procurador-Geral Eleitoral
Humberto Jacques de Medeiros

Ouvidora-Geral do Ministério Público Federal
Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Corregedor-Geral do Ministério Público Federal
Oswaldo José Barbosa Silva

Secretário-Geral
Alexandre Camanho de Assis

Secretária-Geral Adjunta
Eloá Todarelli Junqueira

Secretária de Comunicação Social
Dione Aparecida Tiago

Secretária de Comunicação Social Adjunta
Allana de Albuquerque Sousa Silva



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Percepção
FEMININA

I CONFERÊNCIA NACIONAL
DAS PROCURADORAS
DA REPÚBLICA

MEMORIAL

Agradecimentos e Apoio

A Procuradoria-Geral da República e a Escola Superior do Ministério Público da União expressam especial agradecimento às instituições que apoiaram a realização da I Conferência Nacional das Procuradoras da República:

Associação Iberoamericana de Ministérios Públicos (AIAMP)

Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR)

Embaixada da França

Procuradoria-Geral da Corte de Apelação de Paris

Procuradoria-Geral do Estado do Paraguai

Procuradoria-Geral do Panamá

Procuradora-Geral da República de Portugal

Movimento Mulheres do MP

Prefeitura de Goiás Velho

Superintendência do Iphan em Goiás

Ministério Público Federal
Procuradoria Geral da República
Secretaria-Geral do MPF

SAF Sul Quadra 4 Conjunto C
70050-900 - Brasília - DF - Brasil
Fone: 61 3105-5100
www.mpf.mp.br

Organizado por:

Mara Elisa Oliveira

João Akira Omoto

Alberto Bastos Balazeiro

Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

Ela Wiecko Volkmer de Castilho

Elaborado por:

Mara Elisa Oliveira

Renata Freitas Chamarelli MacCulloch

Dione Aparecida Tiago

Allana de Albuquerque Sousa Silva

Thaís Martins da Silva

Diagramação e fotos:

SECOM

Copyright 2018 - Ministério Público Federal
Permitida a reprodução total ou parcial desta obra desde que sem fins lucrativos e citada a fonte.
Disponível também em www.mpf.mp.br

OFERTA DE ANINHA

(Aos Moços)

Eu sou aquela mulher
a quem o tempo
muito ensinou.
Ensinou a amar a vida.
Não desistir da luta.
Recomeçar na derrota.
Renunciar a palavras e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos.
Ser otimista.

Creio numa força imanente
que vai ligando a família humana
numa corrente luminosa
de fraternidade universal.
Creio na solidariedade humana.
Creio na superação dos erros
e angústias do presente.

Acredito nos moços.
Exalto sua confiança,
generosidade e idealismo.
Creio nos milagres da ciência
e na descoberta de uma profilaxia
futura dos erros e violências do presente.
Aprendi que mais vale lutar
Do que recolher dinheiro fácil.
Antes acreditar do que duvidar.

CORA CORALINA

In Vintém de Cobre - Meias Confissões de Aninha, 1996

SUMÁRIO



1. QUEM PARTICIPOU

Coordenação-Geral, Coordenação Temática e Relatorias
Autoridades nacionais e internacionais
Convidada especial - Daniela Mercury
Participantes

2. ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA E OBJETIVOS

3. DIAGNÓSTICO – CAMINHOS E PERSPECTIVAS

Solenidade de Abertura
Painel – Procuradoras em Espaço de Poder: Trajetórias e Desafios
Propostas aprovadas
Pesquisa - Os trabalhos desenvolvidos durante a I Conferência alteraram, de alguma forma, sua percepção sobre as questões de gênero?

4. QUADRO ATUAL – QUEM SÃO E O QUE PENSAM?

Pesquisa “Perspectivas do MPF” - Dados subjetivos
Business Intelligence – Dados do Comitê de Gênero e Equidade

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR - Agência da ONU para Refugiados
AGU - Advocacia-Geral da União
AIAMP – Associação Iberoamericana de Ministérios Públicos
ANPR – Associação Nacional dos Procuradores da República
CGGR - Comitê Gestor de Gênero e Raça
CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público
CSMPF - Conselho Superior do Ministério Público Federal
ESMPU – Escola Superior do Ministério Público da União
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MPF - Ministério Público Federal
MPSP – Movimento Mulheres do MP
MPU - Ministério Público da União
ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, também conhecida como ONU Mulheres
PGR – Procuradoria-Geral da República
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR – Procuradoria da República
PRM – Procuradoria da República no Município
PRR – Procuradoria Regional da República
SCI - Secretaria de Cooperação Internacional da Procuradoria-Geral da República
SECOM – Secretaria de Comunicação da Procuradoria-Geral da República
STF - Supremo Tribunal Federal
TPI - Tribunal Penal Internacional
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

APRESENTAÇÃO



Os direitos das mulheres ainda estão sendo construídos: é preciso reconhecer e declarar. Ao longo do último século, as mulheres conquistaram direitos civis e garantias à integridade destes direitos. Pretenderam também direitos sociais, ao ingressarem em grande número no mercado de trabalho urbano, buscando remuneração igual para função igual, entre homens e mulheres. Esta ampliação dos direitos das mulheres não se completou neste século de muitos e importantes avanços. Por isto, a Procuradoria-Geral da República e a Escola Superior do Ministério Público da União promoveram a I Conferência Nacional das Procuradoras da República entre os dias 15 e 16 de junho.

O evento teve como objetivo principal ouvir as mulheres de nossa instituição sobre o que as atrai para este serviço público, qual a visão que têm de seu próprio papel, quais os obstáculos e incentivos que encontram no exercício da profissão e como progredem na carreira. Os debates deram voz às mulheres, para uma análise qualitativa e um diagnóstico subjetivo, em que elas falaram por si mesmas, se somaram aos dados colhidos com a participação de todos, homens e mulheres, e a muitos dados objetivos já coligidos. A conferência marcou o início de um debate, que não se encerrou ao término do evento, mas que precisa evoluir em outras edições e em outros fóruns.

Neste sentido, o Memorial da I Conferência Nacional das Procuradoras da República faz um registro do evento, bem como dos dados e das pesquisas que fundamentaram os debates ao longo das oficinas e da plenária. Em virtude do caráter pioneiro da conferência, o documento será também um registro histórico da primeira iniciativa institucional de reunir aproximadamente 100 procuradoras da República - um terço das mulheres que integram o quadro de membros do MPF - para discutir seis eixos temáticos: Ingresso na carreira, Condições de trabalho, Políticas institucionais, Políticas de equidade, Carreira e outras jornadas e Empoderamento.

O Memorial e o evento não têm a pretensão de esgotar os temas abordados, mas de serem uma referência sobre assunto para o aprofundamento de discussões futuras e para a implementação de políticas públicas que enfrentem os desafios impostos à promoção da equidade de gênero dentro do Ministério Público e do Sistema de Justiça.

Raquel Elias Ferreira Dodge
Procuradora-Geral da República e
Coordenadora-Geral da 1ª Conferência
Nacional das Procuradoras da República

QUEM PARTICIPOU



COORDENADORA-GERAL

Raquel Elias Ferreira Dodge,
Procuradora-Geral da República

Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (1983), Raquel Dodge é mestre em Direito e Estado (1983-1986) pela UnB e em Direito pela Universidade de Harvard Law School (2007). Foi fellow do Programa de Direitos Humanos da Harvard (2005-2006) e visiting researcher no Programa de Pós-Graduação da Harvard Law School (2007-2008). Ingressou como membro do Ministério Público Federal em 1987, classificada em 2º lugar, e foi promovida por merecimento aos cargos de procuradora regional da República e de subprocuradora-geral da República.



ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA

Diretor-Geral da ESMPU

João Akira Omoto

Chefe de Gabinete da Procuradora-Geral da República

Mara Elisa Oliveira

Subprocuradora-Geral da República

Ela Wiecko Volkmer de Castilho

Procurador Regional da República

Paulo Cogo Leivas

**Secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do
Gabinete da Presidência do Conselho Nacional
do Ministério Público (CNMP)**

Ivana Farina Navarrete Pena



COORDENADORAS E RELATORAS TEMÁTICAS

1 - Ingresso na carreira, recrutamento, seleção e capacitação

Coordenadora: Ana Fabíola de Azevedo Ferreira

Relatora 1: Marcia Morgado Miranda Weinschenker

Relatora 2: Ana Carolina Haliuc Bragança

2 - Permanência na carreira: políticas institucionais, cursos, capacitações, treinamentos e boas práticas

Coordenadora: Mariane Guimarães de Mello Oliveira

Relatora 1: Gisele Elias de Lima Porto Leite

Relatora 2: Cristina Nascimento de Melo

3 - Movimentação na carreira: critérios, dificuldades e políticas de equidade

Coordenadora: Paula Bajer Fernandes Martins da Costa

Relatora 1: Elizabeth Mitiko Kobayashi

Relatora 2: Fabiana Keylla Schneider

4 - Condições de Trabalho: saúde, segurança e bem-estar

Coordenadora: Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva

Relatora 1: Walquíria Imamura Picoli

Relatora 2: Luciana de Miguel Cardoso Bogo

5 - Carreira e outras jornadas: Gênero e Família

Coordenadora: Natália Lourenço Soares

Relatora 1: Eliana Peres Torelly de Carvalho

Relatora 2: Jaqueline Ana Buffon

6 - Empoderamento, lideranças e participação político-institucional: igualdade de gênero e políticas de equidade

Coordenadora: Samantha Chantal Dobrowolski

Relatora 1: Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini

Relatora 2: Aline Mancino da Luz Caixeta



AUTORIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Ministra Cármen Lúcia

Presidente do Supremo Tribunal Federal

Grace Mendonça

Advogada-Geral da União

Deputada Gorete Pereira (PR/CE)

Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados

Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ)

Coordenadora da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados

Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Procuradora da Mulher no Senado Federal

Senadora Marta Suplicy (MDB-SP)

Catherine Champrenault

Procuradora-Geral da Corte de Apelação de Paris

Maria Joana Raposo Marques Vidal

Procuradora-Geral de Portugal

Sandra Raquel Quiñonez Astigarraga

Procuradora-Geral do Paraguai



Nadine Gasman

Representante do Escritório da ONU Mulheres no Brasil

Maristela Baioni

Coordenadora Programática do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Florence Bauer

Representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no Brasil

Marlova Jovchelovitch Noletto

Diretora da Área Programática da Representação da UNESCO no Brasil

Isabel Marquez

Representante da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR)

Gabriela Mansur

MPSP - Movimento Mulheres do MP

Valéria Scarance

MPSP - Movimento Mulheres do MP



CONVIDADA ESPECIAL

Daniela Mercury

De forma leve e descontraída, a noite do dia 15 de junho foi marcada por um debate entre as mulheres integrantes da carreira do MPF e a artista Daniela Mercury. Ela foi escolhida por ser uma referência na atuação da mulher como protagonista em diversos papéis: seja como cantora, bailarina, mãe, militante de gênero e ativista de causas sociais como a defesa da infância e paz.

Daniela Mercury é embaixadora do UNICEF no Brasil desde 11 de outubro de 1995. Com seu comprometimento e determinação, ela é uma importante aliada na defesa da melhoria das condições de vida de meninas e meninos brasileiros, contribuindo para a construção de um mundo mais justo, solidário e sem discriminação.

“E cada mulher
que se impõe,
nos liberta”

Trecho da música
Rainha do Axé,
Daniela Mercury



“Eu nunca tive a menor dúvida de que nós - homens e mulheres - somos capazes de fazer as mesmas coisas. Para mim, isso estava fora de questão desde pequena”

Daniela Mercury

Durante a Roda de Conversa, Daniela Mercury fez um relato dos desafios que enfrentou para conciliar a vida profissional com a maternidade, e citou um trecho de uma música composta por seu filho: 'o amor vence qualquer tentativa de separação. Nem a saudade afasta a gente, mãe!'

A artista falou também sobre a importância de combater a violência doméstica e de proteger, em especial, as crianças. “Eu acho que as mulheres definitivamente precisam encontrar uma maneira de lutar contra a violência. Já passamos por várias fases, ondas feministas, e a violência contra a mulher continua. Não é o assédio só que é um absurdo, que a gente sabe que quase todas nós passamos”, disse.

Ao ser indagada em relação aos efeitos

benéficos do empoderamento feminino para toda a sociedade, Daniela Mercury afirmou que homens e mulheres são capazes de fazer as mesmas coisas. “Eu nunca tive a menor dúvida de que nós somos capazes de fazer as mesmas coisas, para mim, isso estava fora de questão desde pequena. Eu tinha uma brincadeira na minha rua, tudo que meus amigos meninos faziam na bicicleta eu tinha que fazer também. Só para mostrar pra eles que eu também tinha habilidade.”

Ao final, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, agradeceu a artista por ter participado de forma voluntária da Roda de Conversa, sem cobrar cachê. Houve também espaço para poesia com a presença do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Ayres Brito.

LISTA DE PARTICIPANTES

Concurso/Ano	Nome	Cargo	Lotação
1/1971	Marcia Dometila Lima de Carvalho	Subprocuradora-Geral da República	Aposentada
3/1974	Sandra Verônica Cureau	Subprocuradora-Geral da República	PGR
3/1974	Ela Wiecko Volkmer de Castilho	Subprocuradora-Geral da República	PGR
5/1980	Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque	Subprocuradora-Geral da República	PGR
5/1980	Ana Maria Guerrero Guimaraes	Subprocuradora-Geral da República	PGR
5/1980	Maria Caetana Cintra Santos	Subprocuradora-Geral da República	PGR
5/1980	Dalva Rodrigues Bezerra de Almeida	Subprocuradora-Geral da República	Aposentada
6/1982	Lindora Maria Araujo	Subprocuradora-Geral da República	PGR
7/1983	Thais Graeff	Procuradora Regional da República	Aposentada
8/1986	Raquel Elias Ferreira Dodge	Subprocuradora-Geral da República	PGR
8/1986	Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira	Subprocuradora-Geral da República	PGR
9/1989	Cristina Schwanssee Romano	Procuradora Regional da República	SCI/PGR
9/1989	Maria Soares Camelo Cordioli	Subprocuradora-Geral da República	PGR
9/1989	Elizeta Maria de Paiva Ramos	Subprocuradora-Geral da República	PGR
10/1990	Maria Hilda Marsiaj Pinto	Subprocuradora-Geral da República	PGR
11/1991	Luiza Cristina Fonseca Frischeisen	Subprocuradora-Geral da República	PGR
11/1991	Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini	Subprocuradora-Geral da República	PGR
11/1991	Nilce Cunha Rodrigues	Procuradora da República	PR_CE
11/1991	Mariane Guimarães de Mello Oliveira	Procuradora da República	PR_GO
11/1991	Janice Agostinho Barreto Ascari	Procuradora Regional da República	PRR 3ª Região
11/1991	Laura Noeme dos Santos	Procuradora Regional da República	PRR 3ª Região
12/1992	Eliana Peres Torelly de Carvalho	Procuradora Regional da República	PRR 1ª Região
12/1992	Bianca Matal	Procuradora Regional da República	PRR 2ª Região
13/1994	Andrea Lyrio Ribeiro de Souza - PRR1	Procuradora Regional da República	PRR 1ª Região
13/1994	Adriana de Farias Pereira	Procuradora Regional da República	PRR 2ª Região
13/1994	Mônica Campos de Ré	Procuradora Regional da República	PRR 2ª Região
13/1994	Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva	Procuradora Regional da República	PRR 3ª Região
13/1994	Paula Bajer Fernandes Martins da Costa	Procuradora Regional da República	PRR 3ª Região
13/1994	Samantha Chantal Dobrowolski	Procuradora Regional da República	PRR 3ª Região
14/1995	Elisandra de Oliveira Olimpio	Procuradora da República	PR-ES
14/1995	Gisele Elias de Lima Porto Leite	Procuradora Regional da República	PRR 2ª Região
14/1995	Denise Neves Abade	Procuradora Regional da República	PRR 3ª Região
14/1995	Maria Emilia Correa da Costa Dick	Procuradora Regional da República	PRR 4ª Região
15/1996	Adriana Zawada Melo	Procuradora Regional da República	CNMP
15/1996	Adriana Scordamaglia Fernandes	Procuradora Regional da República	Em exercício na PGR
15/1996	Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento	Procuradora Regional da República	Em exercício na PGR
15/1996	Anelise Becker	Procuradora da República	PRM-Rio Grande/RS
15/1996	Ana Paula Mantovani Siqueira	Procuradora Regional da República	PRR 1ª Região
15/1996	Márcia Noll Barboza	Procuradora Regional da República	PRR 1ª Região
15/1996	Márcia Morgado Miranda Weinschenker	Procuradora Regional da República	PRR 2ª Região
15/1996	Zélia Luiza Pierdona	Procuradora Regional da República	PRR 3ª Região
15/1996	Carmem Elisa Hessel	Procuradora Regional da República	PRR 4ª Região
16/1997	Fernanda Teixeira Souza Domingos	Procuradora da República	PR-SP
16/1997	Elizabeth Mitiko Kobayashi	Procuradora Regional da República	PRR 3ª Região
17/1999	Caroline Maciel da Costa Lima da Mata	Procuradora da República	PR-RN
17/1999	Claudia Vizcaychipi Paim	Procuradora da República	PR-RS
17/1999	Priscila Costa Schreiner Roder	Procuradora da República	PR-SP
17/1999	Zani Cajueiro Tobias de Souza	Procuradora da República	PRM-Juiz de Fora/MG
18/2001	Isabela de Holanda Cavalcanti	Procuradora da República	PR-MG
18/2001	Silmara Cristina Goulart	Procuradora da República	PR-MG
18/2001	Paula Cristina Conti Tha	Procuradora da República	PR-PR
18/2001	Cibele Benevides Guedes da Fonseca	Procuradora da República	PR-RN

Concurso/Ano	Nome	Cargo	Lotação
18/2001	Fabiola Dórr Caloy	Procuradora da República	PR-RS
18/2001	Anamara Osório Silva	Procuradora da República	PR-SP
18/2001	Michele Rangel de Barros Vollstedt Bastos	Procuradora Regional da República	PRR 1ª Região
19/2002	Carolina de Gusmao Furtado	Procuradora da República	PR-PE
19/2002	Eloisa Helena Machado	Procuradora da República	PR-PR
19/2002	Jaqueline Ana Buffon	Procuradora da República	PR-RS
19/2002	Patrícia Maria Núñez Weber	Procuradora da República	PR-RS
20/2003	Ana Carolina Alves Araújo Roman	Procuradora da República	PR-DF
20/2003	Anna Carolina Resende de Azevedo Maia	Procuradora da República	PR-DF
20/2003	Mona Lisa Duarte Abdo Aziz Ismail	Procuradora da República	PR-PE
20/2003	Aline Mancino da Luz Caixeta	Procuradora da República	PR-RJ
20/2003	Izabella Marinho Brant	Procuradora da República	PRM-Resende/RJ
21/2004	Áurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre	Subprocuradora-Geral da República	PGR
21/2004	Ariane Guebel de Alencar	Procuradora da República	PR-RJ
21/2004	Flávia Rigo Nóbrega	Procuradora da República	PRM-Guaratinguetá/SP
23/2006	Ludmila Bortoleto Monteiro	Procuradora da República	PR-MT
23/2006	Carmen Sant'anna	Procuradora da República	PR-RJ
23/2006	Andreia Rigoni Agostini	Procuradora da República	PR-RS
24/2007	Raquel Teixeira Maciel Rodrigues	Procuradora da República	PR-AL
24/2007	Carolina Martins Miranda de Oliveira	Procuradora da República	PR-DF
24/2007	Gisele Dias de Oliveira Bleggi Cunha	Procuradora da República	PR-RO
25/2011	Thais Santi Cardoso da Silva	Procuradora da República	PRM-Altamira/PA
25/2011	Ana Fabíola de Azevedo Ferreira	Procuradora da República	PRM-Cabo de Santo Agostinho/PE
25/2011	Walquíria Imamura Picoli	Procuradora da República	PRM-Caraguatatuba/SP
25/2011	Natália Lourenço Soares	Procuradora da República	PRM-Caruaru/PE
25/2011	Valéria Etgeton de Siqueira	Procuradora da República	PRM-Santos/SP
26/2011	Mara Elisa de Oliveira	Procuradora da República	CHEFIA de GAB/PGR
26/2011	Aldirla Pereira de Albuquerque	Procuradora da República	PR-AL
26/2011	Bruna Menezes Gomes da Silva	Procuradora da República	PR-AM
26/2011	Cristina Nascimento de Melo	Procuradora da República	PR-MT
26/2011	Carolina Augusta da Rocha Rosado	Procuradora da República	PR-TO
26/2011	Helen Ribeiro Abreu	Procuradora da República	PRM-Araraquara/SP
26/2011	Analu Paim Cirne Pelegrine	Procuradora da República	PRM-Paulo Afonso/BA
26/2011	Gabriela Saraiva Vicente de Azevedo Hossri	Procuradora da República	PRM-Pssos/MG
26/2011	Tatiana Almeida de Andrade Dornelles	Procuradora da República	PRM-Santa Maria/RS
26/2011	Camila Bortolotti	Procuradora da República	PRM-Santana do Livramento/RS
27/2013	Luciana de Miguel Cardoso Bogo	Procuradora da República	PR-AC
27/2013	Ana Carolina Haliuc Bragança	Procuradora da República	PR-AM
27/2013	Nathalia Mariel Ferreira de Souza Pereira	Procuradora da República	PR-AP
27/2013	Fabiana Keylla Schneider	Procuradora da República	PR-RJ
27/2013	Amanda Gualtieri Varela	Procuradora da República	PRM-Bagé/RS
27/2013	Lúisa Astarita Sangoi	Procuradora da República	PRM-Santarém-PA
27/2013	Maria Beatriz Ribeiro Gonçalves	Procuradora da República	PRM-Serra Talhada/PE
28/2015	Michele Diz Y Gil Corbi	Procuradora da República	PR_AM
28/2015	Daniela Lopes de Faria	Procuradora da República	PR_RO
28/2015	Manoela Lopes Lamenha Lins Cavalcante	Procuradora da República	PR-RR
28/2015	Patrícia Daros Xavier	Procuradora da República	PRM-Altamira/PA
28/2015	Cecilia Vieira de Melo Sa Leitao	Procuradora da República	PRM-Floriano/PI
28/2015	Catarina Sales Mendes de Carvalho	Procuradora da República	PRM-Imperatriz/MA
28/2015	Ligia Cireno Teobaldo	Procuradora da República	PRM-Marabá-PA
28/2015	Marília Melo de Figueirêdo	Procuradora da República	PRM-Marabá-PA
28/2015	Tatiana de Noronha Versiani Ribeiro	Procuradora da República	PRM-Redenção/PA

ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA E OBJETIVOS



A orientação pedagógica da I Conferência Nacional das Procuradoras da República foi elaborada por uma comissão formada pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). O grupo foi composto pelo Diretor-Geral da ESMPU, João Akira Omoto, pela Subprocuradora-Geral da República Ela Wiecko, pelo Procurador Regional da República Paulo Cogo Leivas, pela Chefe de Gabinete da Procuradora-Geral da República, Mara Elisa Oliveira, e pela Secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do Gabinete da Presidência do CNMP, Ivana Farina Navarrete Pena.

O evento foi o primeiro no âmbito do Ministério Público Federal e do Ministério Público da União a promover, de forma qualificada e presencial, a questão da perspectiva de gênero na carreira.

No primeiro dia do encontro, o grupo de procuradoras participantes foi dividido em seis eixos temáticos: 1) Ingresso na carreira: seleção e capacitação; 2) Permanência na carreira: políticas institucionais, cursos, capacitações treinamentos e boas práticas; 3) Movimentação na carreira: critérios, dificuldades e políticas de equidade; 4) Condições de trabalho: saúde, segurança e bem-estar; 5) Carreira e outras jornadas: gênero e família; 6) Empoderamento, lideranças e participação político-institucional, igualdade de gênero e políticas de equidade.

Nas oficinas, que se estenderam até o início da tarde do segundo dia do evento, as participantes puderam dar testemunhos e falar sobre fatos ilustrativos próprios da carreira. Elas também formularam propostas para serem apresentadas durante a reunião Plenária da Conferência.

Presidida pela Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, a Plenária reuniu todas as participantes para submeter as propostas dos seis eixos temáticos à votação. Mais de 60 propostas foram apresentadas como resultado dos trabalhos nas oficinas temáticas.

As oficinas nacionais são a primeira atividade do Projeto “Perspectivas da Equidade de Gênero e da Não Discriminação Étnico-Racial”, em desenvolvimento pela ESMPU.

HOMENAGEADAS ESPECIAIS

Seis mulheres que nas respectivas trajetórias reuniram características como coragem, determinação e poder de liderança foram escolhidas para dar nome aos espaços utilizados durante a I Conferência Nacional das Procuradoras da República. A poetisa goiana Cora Coralina foi lembrada no auditório onde ocorreram a abertura, o painel e a plenária de encerramento. As demais tiveram os nomes e um resumo biográfico estampados em banners expostos na entrada das salas das oficinas. A homenagem foi destacada pela procuradora-geral da república, Raquel Dodge, na abertura do painel de relatos, na tarde de sábado (16).

A PGR afirmou que não foi fácil selecionar seis personalidades que contribuíram para fazer avançar a pauta de gênero no Brasil e para assegurar direitos para mulheres. “Tivemos dificuldades porque são muitas as mulheres brasileiras que temos de reverenciar, mas achávamos que fazendo uma homenagem a mulheres de diversas disciplinas, de diversas áreas profissionais, cada uma no seu tempo, nós estaríamos conseguindo o que queremos para esse evento que é empoderar a mulher brasileira e celebrar juntas aquelas que contribuem para uma sociedade mais igualitária, mais fraterna, mais humana, mais parecida com esse Brasil que todos nós queremos”, resumiu Raquel Dodge ao citar a relação das escolhidas.

Sala principal: Cora Coralina: Poetisa goiana. Começou a escrever poemas e contos quando tinha 14 anos. Publicou o primeiro livro aos 75 anos. Viúva, sustentou os quatro filhos exercendo a profissão de doceira. A casa onde viveu, na Cidade de Goiás, foi transformada em um museu em homenagem a sua história de vida e à produção literária.

Oficina Ingresso na carreira: Sala Ada Pellegrini Grinover: Jurista, nasceu na Itália, em 1933 e naturalizou-se brasileira em 1967. É autora e coautora de inúmeras obras jurídicas como Teoria geral do processo, em sua 27ª edição em 2012. Integrou a Comissão do Anteprojeto da Lei da Ação Civil Pública.

Oficina Condições de Trabalho: Sala Zilda Arns: Médica pediatra, sanitarista e missionária. Fundou a Pastoral da Criança que garantiu assistência a milhares de crianças no Brasil e no exterior. Morreu em janeiro de 2010, em Porto Príncipe. O prédio em que estava desabou em decorrência de um terremoto que atingiu o Haiti.

Oficina Políticas institucionais: Sala Bertha Lutz: Ativista, bióloga e política brasileira. Eleita suplente de deputado federal em 1934, assumiu o mandato dois anos mais tarde. Defendeu mudanças na legislação para garantir o direito da mulher ao trabalho, à licença maternidade e à equiparação salarial. Participou da elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos.



Oficina Políticas de Equidades: Sala Chiquinha Gonzaga:

Compositora, musicista e maestrina carioca. Foi reconhecida pela coragem com que enfrentou a sociedade patriarcal da época. Abolicionista fervorosa passou a vender partituras de porta em porta para sustentar a Confederação Libertadora. Com o dinheiro da venda de suas músicas, comprou a alforria de um escravo músico.

Oficina: Carreira e outras jornadas: Sala Tarsila do Amaral: Artista e humanista. É autora da pintura brasileira mais valorizada da história: o Abaporu. Líder do movimento modernista, foi uma das organizadoras da revolucionária Semana da Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo.

Oficina Empoderamento: Sala Marielle Franco: Socióloga, feminista, militante de direitos humanos e política brasileira. Em 2016, foi eleita vereadora do Rio de Janeiro. Denunciava abusos de autoridade de policiais contra moradores de comunidades carentes. Em 14 de março de 2018, foi assassinada a tiros com seu motorista Anderson Gomes.

DIAGNÓSTICO CAMINHO E PERSPECTIVA



SOLENIIDADE DE ABERTURA

Subprocuradoras-gerais, procuradoras regionais e procuradoras da República reuniram-se, na tarde do dia 15 de junho, no B Hotel, em Brasília (DF), para debater temas como ingresso, permanência e movimentação na carreira, condições de trabalho, família e empoderamento. Cerca de cem integrantes mulheres da carreira do MPF participaram da “I Conferência Nacional das Procuradoras da República”.

Durante a cerimônia de abertura, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, ressaltou a importância do encontro, que tem por objetivo formar o diagnóstico da situação das mulheres no MPF. Ela destacou que os debates têm o intuito de abordar aspectos como a atratividade do serviço público, a visão das procuradoras sobre seu próprio papel, os obstáculos e incentivos que encontram no exercício da profissão e a evolução na carreira. Com o evento buscou-se proporcionar uma oportunidade para fazer uma análise qualitativa, bem como um levantamento subjetivo com dados extraídos a partir de um questionário respondido pelos membros do MPF. “É um início de debate, que não se encerra aqui e precisa evoluir em outras edições e em outros fóruns”, ressaltou.

Raquel Dodge afirmou que a equidade de gênero tem sido fator de mudança social. “A presença de mulheres na promoção da justiça tem enfatizado as deficiências na proteção de minorias, de desvalidos, de crianças e adolescentes, tem mudado a pauta de assuntos prioritários e trazido uma perspectiva fiel à luta contra



a violência e a garantia de direitos fundamentais para todos os cidadãos, em uma perspectiva que assegure igualdade nesta proteção”, salientou. A Procuradora-Geral disse que o evento deve inspirar debates semelhantes em outros organismos e instituições e enfatizou a necessidade de assegurar a equidade de gênero nos cargos de poder do Ministério Público. “Acredito que a mulher, no campo jurídico, tem muito a contribuir, porque seu ofício dispõe de meios para avançar na promoção da justiça e da paz, como seu futuro mais doce”, concluiu.

Já a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, destacou o princípio da igualdade “tão enfatizado na Constituição Federal”. Ela também lembrou que o texto constitucional afirma expressamente que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. “Porque a desigualdade e o preconceito em relação à mulher era tão forte (e continua sendo) que o constituinte achou por bem tornar isso expresso”, afirmou. A ministra ainda ressaltou a importância de um encontro de procuradoras promovido pelo Ministério Público, órgão que cumpre o papel de advogado da sociedade. “O Ministério Público cumpre sua natureza quando acolhe esse tema, buscando discutir quais são as causas e, principalmente, as consequências para esta geração”,

ressaltou. Segundo ela, a sociedade ainda continua convivendo com diversas desigualdades e cometendo práticas contrárias à igualdade da mulher.

Para finalizar, Cármen Lúcia deixou uma mensagem sobre a necessidade de todos serem tratados igualmente no que tange à dignidade humana, mas com a distinção própria que é a de cada ser humano como a sua vocação, seu talento, seus limites. "Só assim, juntos, conseguiremos, talvez, fazer o que está no artigo 3º da nossa Constituição: termos uma sociedade livre, justa e solidária, e aí sim seremos uma República Federativa do Brasil que é o que todos nós queremos, homens e mulheres", enfatizou a ministra.

O diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), João Akira Omoto, encerrou a cerimônia de abertura falando sobre a necessidade do debate acerca da presença feminina nas carreiras do Ministério Público. Akira afirmou que ter uma mulher pela primeira vez no cargo de procuradora-geral da República é motivo de comemoração. No entanto, segundo ele, o MPF ainda é, dentro das carreiras jurídicas, o órgão que apresenta o menor percentual de mulheres em relação à presença masculina, abaixo dos 30%. "Cabe a nós procuradoras e procuradores a promoção da igualdade de gênero e não podemos nos furtar a essa tarefa, essa é uma atribuição constitucional e legal", concluiu.

AGU e Parlamentares - Participaram também da abertura do evento a advogada-geral da União, Grace Mendonça; a senadora da República e Procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin; a senadora Marta Suplicy; a deputada e procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados, Gorete Pereira (PR-CE), e a deputada federal e coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados, Soraya Santos (PMDB-RJ).

Organismos Internacionais e PGRs de outros países - Para contribuir com os debates, participaram da solenidade a procuradora-geral de Paris, Catherine Champrenault; a procuradora-geral de Portugal, Maria Joana Raposo Marques Vidal; a procuradora-geral do Paraguai, Sandra Raquel Quiñonez Astigarraga; as representantes de organismos internacionais Maristela Baioni (PNUD), Nadine Gasman (Onu Mulheres), Florence Bauer (Unicef), Marlova Jovchelovitch Noletto (Unesco) e Izabel Márquez (Onu para refugiados). De acordo com Raquel Dodge, apesar de ser uma conferência de procuradoras da República, o tema é comum a todas as mulheres, tanto as que oficiam na vida privada quanto as que participam da vida pública de qualquer país.

Como não pôde comparecer ao evento, a promotora chefe do Tribunal Penal Internacional (TPI), Fatou Bensouda, encaminhou uma mensagem em vídeo, defendendo a importância das mulheres ocuparem cada vez mais postos de liderança, para garantir que a equidade seja alcançada nos mais altos níveis. "Mais mulheres líderes e mais mulheres participando na seara do Direito, que é um motivador da mudança social, significa um aumento da representação de um importante grupo da sociedade à mesa de negociações e uma força essencial para a realização da justiça e a prestação de contas", destacou.



Ministra Cármen Lúcia
Presidente do Supremo Tribunal Federal

“ A Constituição Brasileira, que este ano completa 30 anos no dia 5 de outubro, trouxe como o princípio mais repetido no seu texto o princípio da igualdade. Passados 30 anos continuamos a ter como um dos principais - se não o principal problema brasileiro - a questão da desigualdade. Por isso, o princípio da igual não é apenas mencionado, mas repetido expressamente como nenhum outro princípio é assim repetido na Constituição Brasileira. E tão grave era o quadro encontrado pelos constituintes de 1987 e 1988, que no caso específico do gênero, a Constituição não achou suficiente expor o que as outras constituições estabeleceram: “todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza”, e em seguida expressou: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. Isto porque a desigualdade em relação à mulher, o preconceito em relação à mulher tão forte era e continua sendo que o constituinte viu por bem tornar isso expresso e não apenas deixar que a questão de gênero ficasse na expressão maior do princípio da igualdade. As desigualdades são muitas, os preconceitos são muitos, eram muitos e continuam sendo. E portanto com enorme satisfação que eu vejo iniciativas como essa de promover a I Conferência Nacional das Procuradoras da República. ”



Grace Mendonça
Advogada-Geral da União

“ Se queremos igualar é de fundamental importância que paremos para nos dedicar ao enfrentamento desses desafios. Numa certa oportunidade uma pessoa muito sábia me disse para minha surpresa: a vaidade da mulher está no batom e no esmalte e a vaidade do homem está no poder. Essa frase me chamou a atenção porque, apesar de não podermos generalizar, o fato certo é que nós precisamos parar e refletir um pouco acerca desses espaços de poder e em que medida e, se a medida está justa, em relação também à ocupação pelas mulheres. Nós já sabemos que o Brasil vem, de alguma forma, enfrentando essa pauta. Sabemos que hoje temos uma formação muito peculiar no poder - ministra Cármen Lúcia como chefe do Poder Judiciário, Raquel Dodge como Procuradora-Geral da República. Sabemos que esses enfrentamentos, esses temas estão muito bem tratados também pelo poder Legislativo brasileiro, mas ainda temos muito a avançar. ”



Catherine Champrenault
Procuradora-Geral da Corte de Apelação de Paris

“ Eu gostaria de falar sobre uma experiência que fez parte do meu percurso. Depois de 37 anos de carreira, o Ministério Público tem me ajudado muito e eu acredito também ter disponibilizado o meu trabalho, a minha energia, a minha força de vida ao Ministério Público francês. Muitas vezes esse trabalho, esse engajamento, esse comprometimento não são suficientes para que aqueles que nos nomeiam possam de fato confiar em nós. Então, a mensagem que eu gostaria de deixar para vocês é que as mulheres precisam ter confiança em si mesmas para convencer os outros.

Eu vim até aqui fazer troca de ideias com vocês para entendermos a situação atual do Brasil e da França. Trocar ideias com vocês sobre as soluções que podemos encontrar tanto no Brasil, quanto na França, nos países da América Latina e Europa para podermos enfrentar essas dificuldades. Sobretudo, nós temos de trabalhar de forma igualitária com os nossos colegas do sexo masculino, de forma a aplicar o direito. ”



Maria Joana Raposo Marques Vidal
Procuradora-Geral da República de Portugal

“Durante muitos anos as mulheres estiveram em situação de discriminação. Em Portugal, há 40 anos, as mulheres tinham que pedir autorização para abrir um negocio. Elas precisavam de autorização do estado para se casar. Os filhos pertenciam, principalmente, aos pais, e as mulheres não podiam ser embaixadoras, magistradas ou miliares. Atualmente 60% das magistradas do Ministério Público são mulheres, as juízas ocupam 50% das vagas do Judiciário, há muitas diplomatas, há mulheres militares. Apesar de tudo, estudos recentes dizem que Portugal é o segundo país em que a desigualdade de pagamento, de homens e mulheres que exercem a mesma função, é mais profunda, alargada, por isso, ainda temos muito que caminhar. É necessária uma profunda confiança em si mesmas, nas nossas capacidades, competências, conhecimentos e poderes. Homens e mulheres precisam se preocupar com essa questão. O mais importante é atingir na prática a mudança cultural e encontros como esse são essenciais para que isso corra. ”



Sandra Raquel Quiñonez Astigarraga
Procuradora-Geral do Estado do Paraguai

“Sou a primeira mulher a assumir o cargo Procuradora-Geral do Estado do Paraguai. Assumi há três meses e há muita expectativa em relação a mim tendo em vista a importância do cargo. É um grande desafio e meu compromisso é lutar contra o crime organizado, corrupção e terrorismo. Não devem haver fronteiras para luta contra o crime internacional. A certeza é de que o MP do Paraguai está de portas abertas.”



Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Procuradora da Mulher no Senado Federal

“ Lembro o que foi o debate no legislativo brasileiro para que a mulher tivesse direito de votar e de ser votada. Naquela época, na primeira Constituição depois da República, em 1890, não tendo nenhuma mulher no parlamento, mesmo assim, o parlamento discutiu a possibilidade de a mulher desde ali ter direito ao voto. Muitos diziam que a entrada da mulher na política significaria a destruição da família brasileira. Mas nós ousamos, nós persistimos e anos depois conseguimos o direito de votar e o direito de ser votada. E hoje, nós estamos mostrando ao mundo e não só à sociedade brasileira que o que destrói a família não é a mulher na política, é exatamente o inverso: é a ausência da mulher na política que destrói a família brasileira, porque grande parte da violência a que somos submetidas é a violência doméstica. Ou nós entendemos que a melhor forma de combater a violência é a busca do empoderamento, ou não adianta nada termos o maior nível de escolaridade, muita competência, desempenhar uma tripla jornada de trabalho se a gente continua obedecendo enquanto o homem continua mandando. A nossa grande tarefa é mostrar que não há, do ponto de vista intelectual, diferença entre o homem e a mulher. O que envergonha e deturpa a nossa democracia é termo em média 10% de mulheres no parlamento apesar de sermos maioria, mais de 50% dos eleitores, apesar da lei da cota. ”



Senadora Marta Suplicy (MDB-SP)

“Se nós quisermos mudar a nossa sociedade, nós temos de promover, sim, o necessário debate e os esclarecimentos sobre gênero. A questão da mulher é, sim, questão de gênero. As cotas são instrumentos de luta, um dia elas não serão necessárias. Eu sou autora de uma Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2017 que garante expressamente a participação de pessoas, de ambos os sexos nas listas destinadas à escolha dos tribunais judiciários, dos tribunais de conta e dos procuradores-gerais do Ministério Público. Esse projeto será um passo importante para nós todas mulheres: procuradoras, parlamentares, nossas filhas, nossas netas e as mulheres que querem seguir essa carreira que até hoje é tão difícil para nós toda.”



Deputada Gorete Pereira (PR/CE)
Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados

“Quando a gente fundou a Procuradoria na Câmara dos Deputados e começou a trabalhar - juntamente com todos os brasileiros - tentando criar as procuradorias naqueles estados, a gente começou a ouvir uma quantidade de lamentações e de problemas inerentes à discriminação e à violência, o que nos trouxe bastante ansiedade em relação às leis. Várias leis foram feitas. Teve também a apreciação da Lei Maria da Penha, que estava sendo analisada naquele momento e tudo isso faz com que as mulheres possam dizer: nós vamos ter outros dias porque nós estamos atentas. Agora, com esses 30% do fundo eleitoral e do fundo partidário, pelos menos as mulheres brasileiras que são 52% da população, vão sentir que alguma coisa foi feita para elas e pela causa delas e, com isso, com certeza, vão se interessar em fazer parte dos parlamentos. Deixo uma reflexão do nosso querido Chico Buarque, que está sendo dita pelas mulheres: “qualquer desatenção, faça não! pode ser a gota d’água”. ”



Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ)

Coordenadora da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados

“ A Constituição Federal de 1988 fez um recorte significativo: homens e mulheres são iguais em direitos e deveres. Hoje a gente vem lutando por essa igualdade. Quando a gente pensa que a PEC 134/15 (a medida prevê cotas de 10% de mulheres no parlamento), é o único item que não foi pautado na Câmara Federal, aí vem o papel do Judiciário e do Ministério Público que têm compromisso com essa igualdade social. No movimento sufragista, que faz cem anos, a líder preconizava uma frase: nós não queremos infringir a lei, nós queremos mudar a lei e quando a gente não consegue mudar essa lei é porque o nosso universo é muito menor. Somos menos de 10% mesmo tendo uma representação de 52% da sociedade. Essa sub-representação, esse sistema que emperra e impede a mulher de ascender. É nessa hora que o Ministério Público e a Justiça têm que se fazer presentes, porque a gente sonha com o Brasil que não precisa ter cota. É muito fácil falarmos, mas a diferença é quando a prática vai além das palavras como ocorre nesse momento com a I Conferência Nacional das Procuradoras da República. ”



Maristela Baioni

Coordenadora Programática do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

“ Atingimos 50% de mulheres nos mais altos cargos dentro da nossa organização. Foi uma grande vitória para nós. O PNUD e outras agências vivem uma experiência interessante com recrutamento, com políticas afirmativas, com gestão de pessoal diferenciada, com mecanismos de avaliação de desempenho que levam em consideração as perspectivas femininas dentro das carreiras e mais ainda com trilhas de capacitação que são importantíssimas para que a gente possa discutir constantemente o empoderamento da mulher, a questão da equidade da mulher dentro das nossas organizações e todos os tipos de assédio.

Queria fazer uma especial menção as procuradoras mulheres que apesar das condições todas vem trabalhando com muito afinco, com muita fibra, coragem, ousadia, compromisso e transformando o Brasil. Nós que lemos jornais diariamente sabemos dar valor ao trabalho de vocês e queria deixar aqui um registro dos nossos agradecimento não só como organismo internacional, mas também como brasileira. ”



Nadine Gasman
(Onu Mulheres)

“ Estamos obstinados em transformar o mundo, numa caminhada até 2030 para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para construir um planeta 50/50. Isso quer dizer um planeta igualitário, um planeta equitativo onde mulheres e homens tenham os mesmos direitos, oportunidades e responsabilidades. É um caminho que tem que ser construído em todos os âmbitos e o da Justiça é especialmente importante. Sabemos que temos 30% de mulheres no Ministério Público Federal. O Comitê Gestor de Gênero e Raça é uma instância fundamental para pensar a equidade de gênero e de raça, e, por isso, gostaria de fazer uma recomendação com muita humildade de criar essas comissões nas unidades estaduais e regionais do MPF. Não basta só chegar a postos de liderança, é muito importante refletir e reformar o que tem que ser reformado para que o caminho das quem vem depois de todos nós seja muito mais fácil. ”



Florence Bauer

Representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil

“ A equidade de gênero é parte das convenções que a gente acompanha. É parte das nossas prioridades programáticas, do plano de ação de gênero. As desigualdades que estamos vendo hoje começam na infância. Muitos dos indicadores têm uma dimensão de gênero, então o Unicef tem um enfoque de gênero desde a primeira infância porque tem muitas pesquisas que mostram que até a forma de olhar uma menina e um menino é diferente, a forma de falar, o acesso e a oportunidade que a gente vai dar é diferente. ”



Marlova Joychelovitch Noieto

Diretora da Área Programática da Representação da UNESCO no Brasil

“Somos todas maratonistas. Disputamos uma corrida de obstáculos: entrar na escola, ficar na escola, se formar e ao mesmo tempo ter uma família, criar filhos, ter uma carreira e cumprir com a vida familiar, maternal e filial. Com a sensibilidade feminina, vamos nos condicionando a cumprir com todas as tarefas que nos são impostas desde que nascemos. Chegar onde vocês chegaram é um desafio enorme. A Unesco tem muitas iniciativas, mas uma das mais bonitas é aquela que apoia e ajuda as meninas a chegar na escola, permanecer na escola, ter sucesso na escola e de lá sair para ocupar qualquer lugar no mundo. Queria lembrar que justiça é uma palavra feminina e a ideia é de que ninguém fique pra trás.”



Isabel Marquez

Representante da Agência da ONU para Refugiados

“ Sou a primeira mulher a ser a representante da Agência da ONU para os refugiados no Brasil, a ACNUR, mas também consegui participar da I Conferência Nacional das Procuradoras da República, o que me honra muito. A ACNUR trata de temas relacionados, entre outras pessoas, aos refugiados. Como vocês sabem, o mote das Nações Unidas é de não deixar ninguém para trás. Neste cenário, como esquecer dessa crise sem precedentes onde há mais muros que pontes, onde até nossos vizinhos venezuelanos, de um dia para outro, se veem forçados a deixar o seu país. A ACNUR tem feito seu trabalho com todos os parceiros em questões de gênero nessas situações porque sabemos que, quando pessoas são forçadas a deixar os seus lares, as mulheres e as meninas são sempre desproporcionalmente afetadas por ciclos de violência. Falamos de justiça, mas para ter justiça temos que reconhecer a presença dessa pessoa que atravessa a fronteira, precisa ser registrada, documentada para poder realmente usufruir dos seus direitos. ”




Foto Fatou Bensouda: ©ICC-CPI

Fatou Bensouda
Promotora-chefe do Tribunal Penal Internacional (TPI)

“ A igualdade para as mulheres é um progresso para todos. Estou convicta de que isso é verdade. Mais mulheres líderes e mais mulheres participando na seara do Direito, que é um motivador da mudança social, significa um aumento da representação de um importante grupo da sociedade à mesa de negociações e uma força essencial para a realização da justiça e a prestação de contas. Mulheres, particularmente, podem ter uma perspectiva crítica e poderosa em relação ao combate à violência. Acredito no poder do Direito como um instrumento poderoso para deter e prevenir a violência. Também acredito que mulheres, profissionais do Direito, podem contribuir grandemente, não apenas com esses objetivos, mas também provocar uma mudança positiva na sociedade e o avanço da justiça e equidade para todos em uma infinidade de questões que necessitam de uma resposta jurídica em nossa sociedade, da corrupção à degradação do meio ambiente, pobreza, responsabilidade corporativa, e ainda abordando as muitas falhas na proteção da equidade e dos direitos fundamentais de todos – a lista continua. Como mulheres, nós podemos e devemos comemorar os muitos ganhos alcançados no avanço dos direitos das mulheres e a equidade de gênero, mas nós devemos também reconhecer que o trabalho precisa, indubitavelmente, continuar. ”





PAINEL – PROCURADORAS EM ESPAÇO DE PODER: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS

Um momento de reflexão e de troca de experiências. Esse foi o propósito do Painel “Procuradoras em Espaço de Poder: Trajetórias e Desafios”, que ocorreu no início da tarde do dia 16 de junho, antes da votação as propostas elaboradas nas oficinas. No palco, quatro convidadas se revezaram na apresentação de relatos de situações enfrentadas ao longo da carreira envolvendo a questão de gênero: Ela Wiecko, Deborah Duprat, Ivana Farina e Adriana Zawada. Ao apresentar as painelistas, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, ressaltou a importância da contribuição de cada uma para o enfrentamento das desigualdades e para a busca de uma instituição onde o espaço feminino seja, de fato, assegurado e respeitado.

Primeira convidada a falar sua experiência, a subprocuradora geral da República Ela Wiecko relatou que, nos 40 anos de carreira no MPF, vivenciou grandes transformações sociais, culturais, econômicas, tecnológicas e institucionais e buscou contribuir para essas transformações norteadas pelo princípio da igualdade e da concretização da justiça. “Desde que entrei no movimento feminista, nos anos 80, almejei transformações sociais que significam romper uma divisão estrutural e social baseada no sexo e nos papéis de gênero a eles associados, os quais relegam às mulheres funções de poder menor. Por isso sempre busquei ocupar espaço nas instâncias de poder. Temos de procurar um modelo das relações de gênero que seja mais igualitário”, afirmou Wiecko. Em seguida, ela mostrou dados apontando as disparidades entre homens e mulheres na carreira do MPF, desde a sua composição (29% de mulheres e 71% de homens) até a distribuição, localização geográfica e composição familiar.

A procuradora federal dos Direitos dos Cidadãos, Deborah Duprat, ressaltou a importância da iniciativa como meio de proporcionar espaços de reflexão sobre como o MPF estrutura a relação de

gênero. Ela também afirmou que, ainda hoje, não tem como se negar o patriarcado nas instituições públicas. “Por isso, torna-se indispensável que, em um primeiro momento, possamos reunir só mulheres para que fiquemos livres de quaisquer amarras para nos manifestar. Posteriormente, torna-se necessário envolver os homens nessa discussão, pois não é a pretensão de nenhuma de nós estabelecermos uma competição de gêneros, mas sim construir uma instituição de iguais”, complementou.

Em sua manifestação, a secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Ivana Farina, discorreu sobre sua trajetória no MP de Goiás, destacando passos e decisões que permitiram que ela ocupasse – desde cedo – espaços de decisão majoritariamente dominados por homens, inclusive na esfera associativa. “Foi graças à característica da coragem que fui pinçada para atuar pela categoria”, afirmou. A secretária lembrou que o tema precisa ser tratado de forma transversal e fez questão de destacar que preocupa o fato de o Ministério Público ainda não ter conseguido implementar internamente a igualdade que defende em toda a sociedade. “Como procuradoras, temos a incumbência de defender a igualdade e a premissa de executá-la. Infelizmente, essa igualdade, 30 anos após a Constituição Cidadã, mantém-se ainda distante, mesmo dentro de uma instituição [o Ministério Público] que tem como finalidade lutar por uma sociedade mais igualitária”, acrescentou.

Finalizando o painel, a secretária-geral do CNMP, Adriana Zawada, lembrou que é a primeira vez que uma mulher ocupa este cargo no Conselho assim como ocorre com Raquel Dodge, na PGR e na presidência do CNMP. Ao fazer um retrospecto das mais de duas décadas em que está no MPF, ela chamou a atenção para o fato de a Procuradoria da República de São Paulo (PR/SP) ter sido chefiada por mulheres durante vinte anos consecutivos. Adriana Zawada foi procuradora-chefe da PR/SP por dois mandatos – entre 2005 e 2009. Para ela, a criação de uma rede de apoio e troca de experiência entre as colegas é fundamental para vencer as resistências que, conforme lembrou, têm sido frequentes no cargo em que ocupa neste momento. “Percebo que quanto maior for o pioneirismo, maior será a resistência que vem de várias formas, às vezes, sutilmente. Por isso, apesar de parecer óbvio, é fundamental cada vez mais a presença de mulheres nos órgãos públicos para que surjam novas lideranças femininas”, finalizou.



Ela Wiecko Volkmer de Castilho
Subprocuradora-Geral da República

“Nesses 40 anos de carreira no MPF, vivenciei grandes transformações sociais, culturais, econômicas, tecnológicas e institucionais e busquei sempre contribuir para essas transformações norteadas pelo princípio da igualdade e da concretização da justiça. Desde os anos 80, eu me inseri nos movimento feminina e isto significa buscar transformações sociais. No meu ponto de vista, essa transformação significa romper com uma divisão estrutural e social baseadas no sexo e nos papéis de gênero a eles associados. É essa divisão que relega às mulheres funções de menor poder. Dentro da carreira, eu sempre busquei ocupar espaços de poder. Me candidatar, entrar nas listras tríplexes, mesmo quando eu sabia que não tinha chances. Era para mostrar que a mulher tinha de ocupar esses espaços. Eu tenho ouvido, inclusive de algumas femininas que as mulheres são iguais aos homens. Essa afirmação significa que nós trabalhamos com um modelo antropocêntrico. A gente tem que fugir dessa armadilha e, juntos, colocar o problema como algo da instituição, um problema da sociedade, de qual o modelo de relação de gênero que seja mais igualitário.”



Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira
Procuradora Federal dos Direitos dos Cidadãos

“Uma das características de ser mulher é aproveitar espaços e oportunidades que temos e construirmos espaços de reflexão como essa Conferência. É importante nós pensarmos como a nossa instituição estrutura as relações de gênero. Nós não temos como negar o patriarcado. Ele nos vem desde a ágora grega, onde o espaço das decisões públicas é um espaço masculino, e o espaço da mulher, é o espaço doméstico, inclusive na modernidade. Relações de dominação só são possíveis porque elas são tecidas numa rede de invisibilidade. Então é absolutamente indispensável que a gente se reúna, em um primeiro momento só mulheres, para que estejamos juntas, que fiquemos livres de quaisquer amarras para nos manifestar. Posteriormente, torna-se necessário envolver os homens nessa discussão. Não é pretensão de nenhuma de nós estabelecermos uma eterna competição entre homens e mulheres, mas construir um Ministério Público livre de dominações. Eu acredito que nós somos capazes, sim, de termos uma instituição mais igual e que, cada vez, nos traga esse capital absurdo que ela cotidianamente nos traz.”

**Ivana Farina Navarrete Pena**

Secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do CNMP

“ Me apresento, não na qualidade de procuradora da República. Sou procuradora de Justiça. Ingressei na carreira em 1989. Na trilha que imaginei para aqui falar fiquei imaginando como buscando que a igualdade seja uma verdade para o MP demandado que é pela sociedade, como essa igualdade mantém-se tão distante em 30 anos de Constituição Cidadã. Isso dentro da instituição que é incumbida de, para a sociedade fazer valer os interesses sociais e os princípios da igualdade para uma sociedade livre, justa, solidária e igualitária. Com três anos de carreira, fui convidada para ocupar a secretaria da Associação Goiana do Ministério Público. Quando cheguei à Procuradoria Geral de Justiça, em 1999, eu já tinha passado pela Conamp. Na Procuradoria Geral de Justiça tentei abrir espaços para que a questão de gênero fosse naturalizada porque eu tinha a incumbência constitucional, como chefe da instituição, de defender a igualdade e portanto, tinha também a incumbência de praticá-la. Nós temos a incumbência de defendê-la, mas temos também a premissa de executá-la. Se nós do Ministério Público temos essa demanda, esse interesse e podemos fazer diferente dentro da nossa instituição, eu quero crer que esse (a realização da conferência) foi um importantíssimo passo. ”



Adriana Zawada
Secretária-Geral do CNMP

“ É fundamental a presença feminina e a presença de lideranças femininas para que mais se consolide essa presença. Isso parece óbvio, mas é muito verdadeiro, é uma premissa da qual nós não podemos descuidar. Em 1998, quando fui transferida para São Paulo, me deparei com uma situação ainda hoje inédita: uma grande maioria feminina. De 41 membros que estavam ali, 35 eram mulheres. Nós tivemos 20 anos consecutivos de procuradoras-chefes mulheres em São Paulo. Eu encontro hoje - na condição de primeira mulher a ser secretária-geral do Conselho (CNMP) - resistências que eu não encontrei em nenhum momento que ocupei cargos de chefia e espaços de poder em toda essa carreira. Eu noto que quanto maior é o pioneirismo, a alçada em que estamos inseridas, maior é a resistência. É fundamental termos sororidade: o apoio mútuo entre colegas. Além disso, acho muito importante refutar todos os estereótipos e pontuar sempre que a gente identificar uma atitude de misoginia. É algo que eu faço questão de fazer. Recentemente, em uma viagem, vi uma frase em um café - que eu não sei de quem é a autoria, mas que achei interessante e resolvi anotar. Diz assim: Uma mulher com imaginação é uma mulher que não apenas sabe projetar a vida de uma família, de uma sociedade, mas também o futuro de um milênio. ”

PROPOSTAS APROVADAS DURANTE A 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS PROCURADORAS DA REPÚBLICA

As oficinas realizadas durante a conferência agruparam as participantes de acordo com seis eixos temáticos afetos a gênero na carreira do MPF: ingresso, permanência, movimentação, condições de trabalho, família e empoderamento. Para estimular a interação entre as procuradoras, foram utilizadas dinâmicas interativas e democráticas, propiciando o debate participativo de ideias em cada grupo.

Tais dinâmicas foram coordenadas por uma das participantes inscrita na respectiva oficina, sendo duas outras designadas como reladoras, uma para facilitar a sistematização das propostas surgidas no decorrer dos diálogos e outra com a função de produzir uma memória de todo o trabalho e dos relatos surgidos.

Foi desta forma, num debate franco e aberto em que todas as participantes puderam trocar experiências e compartilhar impressões, que resultou um número bastante expressivo de propostas - mais de 60 - a serem votadas na plenária da conferência, perpassando os mais variados temas, desde enunciar diretrizes importantes a adotar medidas específicas, tudo voltado à promoção de uma maior equidade de gênero na carreira.

EIXO 1 – INGRESSO NA CARREIRA

Temas discutidos:

- Atratividade da carreira;
- MPF: uma instituição para mulheres;
- Conteúdo dos editais de concursos para ingresso na carreira;
- Modelo e programas das atividades acadêmicas de ingresso e vitaliciamento;
- Sistemas de cotas

Coordenadora: Ana Fabíola Ferreira

Relatora 1: Marcia Morgado

Relatora 2: Ana Carolina Haliuc

Participantes:

1. Aldirla Pereira
2. Ana Carolina Roman
3. Bruna Menezes
4. Carolina Furtado
5. Carolina Martins
6. Denise Abade
7. Elisandra de Oliveira
8. Ligia Cireno
9. Luiza Cristina Frischeisen

PROPOSTAS

Além das previstas legalmente, o MPFI deve instituir cotas étnicas para indígenas no concurso de ingresso.

Aprovo | 45 | Não aprovo | 28 | Abstenção | 4

A ESMPU deve propiciar cursos, via voluntários, EAD inclusive, para capacitar os grupos beneficiários das ações afirmativas, para ingresso na carreira. Nas vagas disponibilizadas para vários grupos beneficiários, no mínimo metade deve ser destinada a mulheres.

Aprovo | 56 | Não aprovo | 26 | Abstenção | 3

A ESMPU fará uma pesquisa de alternativas que possibilitem a oferta de bolsas para candidatos(as) de baixa renda para custear a preparação e a participação em provas do Ministério Público da União. No mínimo, metade deve beneficiar mulheres.

Aprovo | 53 | Não aprovo | 22 | Abstenção | 2

As cotas raciais no concurso de ingresso devem estruturar-se de modo que cotistas não sejam incluídos/as na cláusula de barreira de 200 participantes da segunda fase, podendo participar do exame como candidatos/as adicionais

Aprovo | 56 | Não aprovo | 28 | Abstenção | 3

Devem ser realizados diagnósticos e estudos para levantar dados e identificar as especificidades do concurso de ingresso no MPFI que atuam como barreiras de gênero, étnicas e sociais, promovendo-se inclusive avaliações comparativas com outras carreiras nacionais e com outras carreiras do Ministério Público.

Aprovo | 73 | Não aprovo | 10 | Abstenção | 2

Deve ser incentivada pela SECOM a divulgação de atuações de relevância das colegas mulheres, em todas as temáticas a que se dedica o MPFI.

Aprovo | 65 | Não aprovo | 11 | Abstenção | 1

Deve haver um projeto nacional visando à divulgação do trabalho do MPFI em escolas e universidades, com participação necessária de procuradoras da República.

Aprovo | 74 | Não aprovo | 10 | Abstenção | 0

PROPOSTA 10

O MPFI deve promover em todas as unidades eventos periódicos divulgando e debatendo o papel e atuação da mulher no Sistema de Justiça, reproduzindo iniciativa da Procuradoria Regional da República da 3ª Região.

Aprovo | **75** | Não aprovo | 5 | Abstenção | 1

O MPFI deve assegurar estrutura física e de pessoas adequada, nas lotações de difícil provimento (a serem definidas em regulamento), a fim de propiciar condições de trabalho que não afastem profissionais. Devem ser pensadas propostas para valorizar os/as colegas que permanecem em unidades de difícil provimento, como pontuação diferenciada para remoção e promoção.

Aprovo | **47** | Não aprovo | 25 | Abstenção | 1

Deve haver representatividade feminina nos cargos de gestão e de liderança na carreira, nas atividades meio e fim, construindo-se critérios para garantia de alternância entre homens e mulheres nesses postos.

Aprovo | **42** | Não aprovo | 4 | Abstenção | 0

Deve haver equidade de representação de gênero nos eventos internos do MPFI. Os órgãos do MPFI devem orientar os membros a solicitar informações sobre a representatividade feminina em palestras e eventos externos antes de confirmar a participação.

Aprovo | **37** | Não aprovo | 3 | Abstenção | 1

O CGGR deve elaborar planejamento de valorização e divulgação dos trabalhos das mulheres nas unidades, além de reforçar a necessidade de criação das comissões locais de equidade de gênero e raça.

Aprovo | **40** | Não aprovo | 0 | Abstenção | 0

APROVAÇÃO UNÂNIME**EIXO 2 – PERMANÊNCIA DA CARREIRA**

Temas discutidos:

- Especificidades necessárias;
- Incentivos;
- Atribuições;
- Especializações de ofícios;
- Capacitação – necessidades; dificuldades de participação em atividades pedagógicas; etc.

Coordenadora: Mariane Melo

Relatora 1: Gisele Porto
Relatora 2: Cristina Melo

Participantes:

1. Adriana de Farias Pereira
2. Bianca Matal
3. Camila Bortolotti
4. Carmem Elisa Hessel
5. Claudia Vizcaychipi Paim
6. Daniela Lopes de Faria
7. Elizeta Maria de Paiva Ramos
8. Izabella Marinho Brant
9. Laura Noeme dos Santos
10. Maria Caetana C. Santos
11. Maria Emília da Costa Dick
12. Mônica Campos de Ré
13. Raquel Teixeira Maciel Rodrigues
14. Zélia Luiza Pierdoná

PROPOSTAS

Implementar tempo de 15 dias para os recém ingressos atuarem em auxílio a membros que já estejam em exercício no local.

Aprovo | **67** | Não aprovo | 4 | Abstenção | 1

Viabilizar a capacitação regional presencial e fazer estudos para a disponibilização online dos cursos que sejam oferecidos de forma presencial pela ESMPU.

Aprovo | **72** | Não aprovo | 3 | Abstenção | 0

Garantir equidade na participação de mulheres e homens na condição de discentes e docentes da ESMPU, bem como na Corregedoria, nas Câmaras de Coordenação e Revisão, nos Núcleos de Apoio Operacional da PFDC, com alternância nas chefias.

Aprovo | **54** | Não aprovo | 18 | Abstenção | 3

Fortalecer e empoderar o Comitê Gestor de Gênero e Raça do MPF, ampliando e implementando as políticas de incentivo e de sensibilização de membros e servidores em relação às questões de gênero e raça.

Aprovo | **71** | Não aprovo | 4 | Abstenção | 0

Instituir política de sensibilização dos homens em relação às mulheres gestantes ou que estão amamentando, assegurando a elas prioridade na marcação de férias e de licença-prêmio, possibilidade de teletrabalho e redução no comparecimento a audiências, especialmente nos locais em que haja maior número de membros lotados.

Aprovo | **58** | Não aprovo | 9 | Abstenção | 2

Organizar mais eventos sobre gênero para todos os membros e servidores.

Aprovo | **79** | Não aprovo | 1 | Abstenção | 0

Instituir na ESMPU política de incentivo a participação de mulheres com mais tempo de carreira Por exemplo: convite para participar das atividades de ensino, pesquisa e extensão e mentoring.

Aprovo | **51** | Não aprovo | 19 | Abstenção | 8

EIXO 3 – MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA

Temas discutidos:

- Promoções/remoções - especificidades necessárias com impacto na movimentação (maternidade e cuidados com a família);
- Capacitação - critérios para movimentação e promoção por merecimento;
- Lotação em unidades de difícil provimento.

Coordenadora: Paula Bajer Fernandes Martins da Costa

Relatora 1: Elizabeth Mitiko Kobayashi

Relatora 2: Fabiana Keylla Schneider

Participantes:

1. Carolina Augusta da Rocha Rosado
2. Caroline Maciel da Costa Lima da Mata
3. Eloisa |Helena Machado
4. Fernanda Teixeira Souza Domingos
5. Helen Ribeiro Abreu
6. Manoela Lopes Lamenha Lins Cavalcante
7. Maria Hilda Marsiaj Pinto
8. Marília Melo de Figueiredo
9. Michele Rangel de Barros Vollstedt Bastos
10. Mona Lisa Duarte Abdo Aziz Ismail
11. Patrícia Daros Xavier
12. Tatiana de Noronha Versiani Ribeiro
13. Zani Cajueiro Tobias de Souza

PROPOSTAS

Criar mecanismos para realizar um diagnóstico para identificar o quantitativo das recusas de homens e de mulheres em concurso de promoção na carreira, assim como as respectivas razões.

Aprovo | **64** | Não aprovo | 2 | Abstenção | 3

Inserir, no sistema de inscrição para remoção, a possibilidade de vinculação para cidades diferentes, a fim de atender a casais de membros (Tese 13 do Congresso Técnico dos procuradores da República, promovido pela ANPR), devendo ser feitas as adequações necessárias no edital de remoção.

Aprovo | **59** | Não aprovo | 6 | Abstenção | 1

Realizar estudos para identificar a proporção de homens e mulheres nos concursos de promoção por merecimento.

Aprovo | **59** | Não aprovo | 4 | Abstenção | 1

Na medida em que o maior envolvimento de mulheres com a família dificulta que assumam funções de coordenação, chefia, assessoria e outras que confirmam visibilidade, impactando negativamente, inclusive, na avaliação de promoção por merecimento, o MPF deve desenvolver programas de estímulo à liderança feminina, bem como treinamentos para promoção da equidade de gênero.

Aprovo | **63** | Não aprovo | 3 | Abstenção | 0

Promover programas de estímulo à liderança feminina, bem como treinamentos para promoção da equidade de gênero para servidoras.

Aprovo | **63** | Não aprovo | 0 | Abstenção | 0

APROVAÇÃO UNÂNIME

O MPF deve assumir compromisso formal com a equidade de gênero, criando medidas concretas e estrutura para garantir a participação de mulheres em coordenação, chefia, assessoria e outras que confirmam visibilidade, monitorando a presença feminina em todas as instâncias da Instituição.

Exemplos de medidas concretas: possibilidade de substituição nacional remota para o caso de licença maternidade/adotante, inclusive para servidoras/es, podendo haver compensação por folgas (substituição para servidora/servidor em licença

maternidade/adotante), considerando tratar-se de ônus da Instituição e não do gabinete e de setores.

Aprovo | **58** | Não aprovo | 3 | Abstenção | 2

EIXO 4 – CONDIÇÕES DE TRABALHO

Temas discutidos:

- Igualdade de tratamento;
- Discriminação no trabalho;
- Assédio moral e sexual;
- Riscos do trabalho e do ambiente;
- A condição feminina reclama condições especiais?
- Sororidade x discriminação entre mulheres

Coordenadora: Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva

Relatora 1: Walquiria Imamura Picoli

Relatora 2: Luciana de Miguel Cardoso Bogo

Participantes:

1. Adriana Scordamaglia Fernandes
2. Andreia Rigoni Agostini
3. Carmen Santanna
4. Catarina Sales Mendes de Carvalho
5. Cecília Vieira de Melo Sa Leitão
6. Fabíola Dörr Caloy
7. Maria Beatriz Ribeiro Gonçalves
8. Priscila Costa Schreiner
9. Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento
10. Silmara Cristina Goulart
11. Thais Graeff
12. Thais Santi Cardoso da Silva

PROPOSTAS

Estímulo à criação de creches e espaços família nas unidades, para acolher filhos/as de Procuradores/as, servidores/as, estagiários/as e terceirizados/as. Diante de possíveis dificuldades (custos e normas específicas), sugestão de o MPF firmar convênios com creches para serem instaladas dentro ou próximas das Procuradorias.

Aprovo | **59** | Não aprovo | 2 | Abstenção | 2

Propiciar condições que favoreçam a participação de mulheres com filhos/as em cursos da ESMPU.

Aprovo | **48** | Não aprovo | 1 | Abstenção | 0

Realizar estudos sobre a viabilidade de facultar a redução da carga de trabalho de membros com crianças pequenas com correspondente redução de subsídios, à semelhança do que prevê a Lei n. 8.112/90 e de experiências europeias.

Aprovo | **42** | Não aprovo | 12 | Abstenção | 2

Sensibilizar a Instituição e seus membros quanto à eventual necessidade de servidores/as e terceirizados/as realizarem horários flexíveis em virtude de atividades de cuidado.

Aprovo | **49** | Não aprovo | 7 | Abstenção | 0

Realizar oficina com profissionais especializados para orientar e preparar procuradoras e servidoras sobre como se comportar e reagir em situações de *manterrupting*, *mansplaining*, *gaslightning* e *bropropriating*. Incluir aula sobre o tema no Curso de Ingresso e Vitaliciamento na ESMPU.

Aprovo | **51** | Não aprovo | 0 | Abstenção | 0

APROVAÇÃO UNÂNIME

Posicionamento institucional firme e punitivo nos casos de assédio sexual e moral, com a criação de canais de acolhimento para dar suporte às denúncias, segurança, resposta e apoio psicológico às vítimas. Fortalecer os comitês e comissões de gênero, fomentar sua criação onde inexistentes e realizar campanhas institucionais para procuradores/as, servidores/as, estagiários/as e terceirizados/as. Garantir a presença de mulheres na comissão apuradora. Incluir a temática em oficinas da ESMPU e no Curso de Ingresso e Vitaliciamento.

Aprovo | **54** | Não aprovo | 0 | Abstenção | 2

APROVAÇÃO UNÂNIME

Espaço voluntário de interação entre procuradoras mulheres que estão em diferentes fases e instâncias da carreira, para apoio e troca de experiências (Telegram). Divulgação do grupo no Curso de Ingresso e Vitaliciamento, para apoio a novas colegas.

Aprovo | **49** | Não aprovo | 3 | Abstenção | 2

A Corregedoria-Geral deve adotar a perspectiva de gênero na mensuração dos trabalhos dos membros.

Aprovo | **43** | Não aprovo | 8 | Abstenção | 0

Quórum de votação: 55

Autorização para que a extensão de dois meses da licença maternidade possa ser gozada pelo pai, mediante solicitação, quando os cônjuges forem servidores/as ou membros do MPU.

Aprovo | 29 | Não aprovo | 22 | Abstenção | 3

EIXO 5 – CARREIRA E FAMÍLIA

Temas discutidos:

- Carreira e vida privada;
- A revolução que não se completou: dupla jornada, em casa e no trabalho;
- É preciso optar: filhos ou carreira?

Coordenadora: Natália Lourença Soares

Relatora 1: Eliana Peres Torelly de Carvalho

Relatora 2: Jaqueline Ana Buffon

Participantes:

1. Amanda Gualtieri Varela
2. Anelise Becker
3. Ariane Guebel de Alencar
4. Cibele Benevides Guedes da Fonseca
5. Dalva Bezerra de Almeida Campos
6. Gabriela Saraiva Vicente de Azeredo
7. Janice Agostinho Barreto Ascari
8. Ludmila Bortoleto Monteiro
9. Luisa Astarita Sangoi
10. Michele Diz Gill Corbi
11. Nathalia Marie Ferreira de Souza Pereira
12. Valeria Etgeton de Siqueira

PROPOSTAS

Em caso de hospitalização de mãe e/ou filho, por ocasião do parto, tal período não caracteriza licença-maternidade, mas sim licença-médica, devendo a licença-maternidade iniciar após a alta hospitalar de ambos, conforme projeto de 241/2017 (Senadora Rose de Freitas) e PEC 99/2015; (Janice)

Aprovo | 42 | Não aprovo | 0 | Abstenção | 0

APROVAÇÃO UNÂNIME

Sensibilização de Coordenadores(as) e Procuradores(as)-Chefes das Unidades em relação à escala de audiências ou sessões para mães e pais de crianças e cuidadores de idosos e familiares dependentes;

Aprovo | 34 | Não aprovo | 7 | Abstenção | 0

Recomendação de cumprimento do Ato Conjunto 001/2014, do CASMPU, artigo 27, em substituições com ou sem remuneração, qual seja:

“O membro designado em substituição responde pelos feitos e procedimentos, judiciais e extrajudiciais, distribuídos ao ofício no período da substituição, bem como pelas audiências ou sessões respectivas, salvo ocorrendo coincidência de data e horário, hipótese em que a substituição para tais atos processuais recairá sobre os demais membros da mesma unidade, mediante compensação, nos termos definidos pelo Conselho Superior de cada ramo.

§ 1º Ao membro designado em substituição é vedado restituir os feitos recebidos durante aquele período sem a devida manifestação, a qual deverá ser feita ainda que após o termo final da designação.

§ 2º Quanto aos feitos recebidos no ofício anteriormente ao período da substituição, o membro designado estará obrigado a adotar medidas urgentes e efetuar todas as manifestações necessárias para evitar preclusão de qualquer espécie ou perecimento de direito, nos termos do regulamento do Conselho Superior de cada ramo.”

Aprovo | 41 | Não aprovo | 5 | Abstenção | 2

Encaminhar ao CSMPF a proposta de que, após a licença-maternidade/adotante, a Procuradora da República e servidora terão prioridade em manterem-se afastadas, por período contínuo, durante o primeiro ano de idade da criança, utilizando férias/licença-prêmio ou, caso lhe for mais conveniente, teletrabalho.

Aprovo | 40 | Não aprovo | 6 | Abstenção | 1

Criação de Redes de Apoio para auxiliar as procuradoras e servidoras a lidarem com os desafios da maternidade e conciliação da vida familiar com a vida profissional, por meio de, *coaching*, *mentoring*, ou cursos de capacitação.

Aprovo | 39 | Não aprovo | 2 | Abstenção | 0

Realização de campanhas e/ou capacitações para público interno e externo, com a finalidade de superar a divisão sexual do trabalho.

Aprovo | 43 | Não aprovo | 2 | Abstenção | 1

Solicitar ao CSMPF a Priorização na aprovação dos ofícios regionais temáticos.

Aprovo | 36 | Não aprovo | 3 | Abstenção | 1

EIXO 6 – EMPODERAMENTO

Temas discutidos:

- Composição dos colegiados;

- Participação em funções de coordenação;
- Participação em grupos de trabalho ou em forças tarefas;
- Participação em mesas de painéis, congressos, seminários e cursos promovidos pelo MPF e pela ESMPU;
- Há temas mais femininos e outros mais masculinos

Coordenadora: Samantha Dobrowolski

Relatora 1: Maria Iraneide Santoro Fachini

Relatora 2: Aline Mancino D. Luz Caixeta

Participantes:

1. Ana Paula Mantovani Siqueira
2. Analu Paim Cirne Pelegrine
3. Aurea Maria E. Nogueira Lustosa Pierre
4. Flávia Rigo Nóbrega
5. Gisele Bleggi
6. Isabela De Holanda Cavalcanti
7. Márcia Dometila Lima de Carvalho
8. Marcia Noll Barboza
9. Nilce Cunha Rodrigues
10. Patrícia Núñez Weber
11. Tatiana Almeida de Andrade Dornelles

PROPOSTAS

Os/as coordenadores/as das Câmaras de Coordenação e Revisão e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão observarão a equidade de gênero para a participação nas atividades de comissões, grupos de apoio, grupos de trabalho, cursos, entre outras.

Aprovo	47	Não aprovo	0	Abstenção	0
---------------	-----------	------------	---	-----------	---

APROVAÇÃO UNÂNIME

A PGR expedirá orientações para observância da equidade de gênero nas indicações para participação em grupos de trabalho, forças-tarefas, eventos, coordenações, nos diversos órgãos do MPF, em suas distintas temáticas.

Aprovo	44	Não aprovo	1	Abstenção	0
---------------	-----------	------------	---	-----------	---

A ESMPU deve desenvolver cursos de capacitação na temática de gênero; criar grupos de discussão de gênero, incluindo os homens no debate; estimular eventos e cursos promovidos por mulheres e assegurar condições físicas na sede da ESMPU para acomodar as crianças no período dos cursos promovidos.

Aprovo	38	Não aprovo	2	Abstenção	0
---------------	-----------	------------	---	-----------	---

As Comissões de Equidade de Gênero e Raça atuarão para estimular procuradoras da República a concorrer aos cargos eletivos da instituição.

Aprovo | 44 | Não aprovo | 5 | Abstenção | 0

Teletrabalho – Propostas de diversos eixos abordaram o tema e estão abaixo relacionadas:

Priorização da apreciação do teletrabalho.

Aprovo | 39 | Não aprovo | 4 | Abstenção | 0

Regulamentar e implementar o teletrabalho em todas as instâncias com as seguintes condições: fiscalização da produtividade e calendário de atendimento presencial à sociedade.

Aprovo | 33 | Não aprovo | 10 | Abstenção | 2

Regulamentação do teletrabalho como instrumento de equidade de gênero.

Aprovo | 44 | Não aprovo | 2 | Abstenção | 0

PESQUISA

Durante a Plenária, no dia 16 de junho, a procuradora-geral, Raquel Dodge, destacou a importância do encontro como instrumento de transformação. Em uma sondagem eletrônica, 86% das presentes avaliaram que o encontro alterou suas percepções sobre as questões de gênero. “Esse resultado, por si só, já é uma prova de que a nossa conferência cumpriu seus objetivos”, resumiu a PGR, passando, em seguida a palavra às painelistas. Abaixo estão os testemunhos registrados no evento.

Surpreendi-me com os testemunhos de colegas. Como não há equanimidade nas relações de trabalho. Há muito a melhorar.

Passei a concordar com medidas inclusivas e proativas na garantia de paridade de participação das mulheres em cargos de chefia, cursos, GTs.

As questões de gênero permeiam família e trabalho. Pude perceber como está arraigado em nossos vários papéis.

Porque compreendi que há formas de promover a equidade considerando as diferenças e sem gerar privilégios.

Pois me deu um animo maior para encarar os desafios e me fez perceber como nós mulheres precisamos nos unir nas lutas por nossos direitos.

O compartilhamento de experiências e o contato com mulheres incríveis por si só foi um fator de empoderamento e mudança de perspectivas.

As experiências das outras colegas com maternidade, carreira e outras questões trouxeram novas perspectivas sobre dinâmicas profissionais.

Porque sempre que há uma reunião, novas ideias aparecem, novas posturas, um modo novo de olhar como as mulheres podem vencer.

Porque pude sentir mais de perto, pelos relatos, todas as dificuldades enfrentadas pelas colegas nas diversas regiões do país.

Ficou clara a importância da representação da mulher em postos-chaves para a mudança da cultura atual que favorece os homens.

Os relatos feitos pelas colegas nas oficinas reforçaram a percepção de que algo precisa ser feito na instituição para promoção de equidade.

Acho que podemos avançar além da luta por igualdade, mas sobretudo pela valorização da mulher e dos atributos intrinsecamente femininos.

Porque me fez lembrar de situações em que por ser mulher sofri ao longo da carreira, notadamente, as de assédio sexual e moral.

Porque já tinha ideias sobre a questão de gênero bem definidas, assim o encontro confirmou minhas visões.

As vivências e experiências de outras mulheres foi encorajadora.

Porque pude ter a percepção e um olhar diferenciado para situações que não me chamavam a atenção.

Não conhecia o conceito de gaslighting; me conscientizei da necessidade de reagir de forma mais firme aos assédios.

Permitiu que muitas mulheres com formação em direitos humanos possuem grande dificuldade de perceber violências de gênero.

Sim, porque percebi diversas questões às quais ainda não havia me atentado. Estudo o tema há anos, e ainda assim foi possível aprender algo.

Eu já tinha uma visão pós-feminista antes de vir. O evento não mudou, porém confirmou minha visão. Excelente!

Conhecer experiências das colegas e compartilhar dificuldades permitiram uma visão coletiva da questão. Não é algo individual.

Percebi como é necessário compatibilizar as diferentes visões das mulheres quanto à sua própria inclusão e trazer tod@s para esse debate.

Sensibilização a questões relacionadas à família e lotação, especialmente no início da carreira.

Acredito que, em certas situações, a visibilidade e a ocupação de cargos de destaque se dão mais em razão da personalidade do que do gênero.

Porque concluí que a criação de regras para a promoção da igualdade de gênero é bastante difícil e complexa.

Identifiquei como a questão de gênero influencia em promoções por merecimento e convites para ocupar cargos de chefia sob outra perspectiva.

QUADRO ATUAL QUEM SÃO E O QUE PENSAM?

1. PERSPECTIVAS DO MPF

Pesquisa promovida entre os dias 8 e 14 de junho de 2018 para agregar aspectos subjetivos às discussões referentes aos eixos temáticos da I Conferência Nacional das Procuradoras da República. Ao todo, foram registradas as respostas de 317 membros do MPF ao formulário eletrônico, sendo 132 deles do sexo feminino e 185 do sexo masculino.

Acesse o material:



2. LEVANTAMENTO DO COMITÊ GESTOR DE GÊNERO E RAÇA (CGGR)

Acesse o material:



3. MATERIAIS DE APOIO DO EVENTO

Acesse o material:



COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

PORTARIA PGR/MPF Nº 556, DE 22 DE JUNHO DE 2018

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 49, incisos XX e XXII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando as deliberações da I Conferência Nacional das Procuradoras da República, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Acompanhamento dos estudos administrativos referentes às propostas aprovadas na I Conferência Nacional das Procuradoras da República.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes integrantes:

I - A Subprocuradora-Geral da República ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO, como presidente;

II - O Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União, JOÃO AKIRA OMOTO, como vice-presidente;

III - A Chefe de Gabinete da Procuradora-Geral da República, MARA ELISA OLIVEIRA.

IV - O Secretário-Geral do Ministério Público Federal, ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS;

V - A Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA;

VI - A secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva, do Conselho Nacional do Ministério Público, IVANA FARINA NAVARRETE PENA;

VII - As coordenadoras e reladoras dos seis eixos temáticos da I Conferência Nacional das Procuradoras da República abaixo relacionadas:

Eixo 1 - Ingresso na carreira: a Procuradora Regional da República MARCIA MORGADO MIRANDA WEINSCHENKER e as Procuradoras da República ANA FABÍOLA DE AZEVEDO FERREIRA e ANA CAROLINA HALIUC BRAGANÇA;

Eixo 2 - Permanência na carreira: a Procuradora Regional da República GISELE ELIAS DE LIMA PORTO LEITE, a Procuradora da República MARIANE GUIMARÃES DE MELLO OLIVEIRA e CRISTINA NASCIMENTO DE MELO;

Eixo 3 - Movimentação na carreira: as Procuradoras Regionais da República PAULA BAJER FERNANDES MARTINS DA COSTA e ELIZABETH MITIKO KOBAYASHI, e a Procuradora da República FABIANA KEYLLA SCHNEIDER;

Eixo 4 - Condições de Trabalho: a Procuradora Regional da República MARIA CRISTIANA SIMÕES AMORIM ZIOUVA, e as Procuradoras da República LUCIANA DE MIGUEL CARDOSO BOGO e WALQUIRIA IMAMURA PICOLI;

Eixo 5 - Carreira e outras jornadas: a Procuradora Regional da República ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO, e as Procuradoras da República JAQUELINE ANA BUFFON e NATALIA LOURENÇO SOARES;

Eixo 6 - Empoderamento, lideranças e participação político-institucional: a Subprocuradora-Geral da República MARIA IRANEIDE OLINDA SANTORO FACCHINI, a Procuradora Regional da República SAMANTHA CHANTAL DOBROWOLSKI e a Procuradora da República ALINE MANCINO DA LUZ CAIXETA.

Art. 3º Os integrantes da comissão citados nos incisos I a VI do artigo 2º devem organizar a preparação da II Conferência Nacional das Procuradoras da República, a ser promovida no ano de 2019, sob a coordenação da Procuradora-Geral da República.

Art. 4º A comissão tem mandato até a finalização da II Conferência Nacional das Procuradoras da República.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE